

A LUTA COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA¹

ADRIANA CALAÇA DE PAIVA FRANÇA²

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir os desafios da educação pública na atualidade, dado a crise estrutural do capital e suas complexidades refletidas em todos os campos da sociedade. A luta por educação pública de qualidade e defesa dos direitos tem se intensificado, ao passo que se fortalecem os mecanismos de dominação da subjetividade humana impetrado por exigência do sistema capitalista de produção, que em sua crise estrutural atua impiedosamente a fim de minar o campo educacional que vislumbre possibilidades em assumir caráter emancipatório da educação. Enquanto direito dos Trabalhadores em Educação, dos estudantes e da sociabilidade humana, as lutas como greves constituem último diálogo possível na luta por melhorias no cenário educacional.

Palavras-chaves: Educação Pública; Democracia; Luta; Emancipação humana.

INTRODUÇÃO

Historicamente, àqueles que produzem toda a riqueza material e imaterial da humanidade – os que trabalham, foram destituídos do produto de sua labuta incessante em troca de pequenas remunerações, ou mesmo, lugares de destaque em relação aos seus pares, dado a falta de interferência nas estruturas funcionais da sociedade capitalista. Enquanto os que não trabalham, os capitalistas – apropriam-se e administram o lucro dessa acelerada produção material e dos significantes da riqueza imaterial de forma a controlar a sua produção, o seu consumo e sua

¹ Artigo apresentado como exigência da disciplina Teorias da Educação ministrada pelos professores Derivaldo Santos e Maria das Dores Mendes, junto ao MAIE – Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino, FAFIDAM/FECLESC – UECE, julho de 2016.

² Mestranda em Educação. Graduada em Pedagogia, com Especialização em Arte e Educação. Professora da Rede Pública Municipal de Crateús.

circulação dentro da sociedade atual. Localizamos nesta última, a produção feita na Escola Pública, campo de nossa discussão, cenário de nossa defesa, donde emergem as possibilidades de instrumentalização necessária à emancipação da classe trabalhadora frente à luta de classes instituída pelo sistema capitalista de produção.

1. A sociedade de classes: o complexo da educação e do direito, e a necessária luta por democracia.

A divisão social do trabalho, produção material da vida e produção intelectual dos seres, emerge das sociedades de classes, como mecanismo de controle pela classe dominante. Ancorado na teoria marxiana, Lerena (1991:123), afirma que:

Dentro de uma sociedade que separa a organização do trabalho produtivo e a organização do processo de formação ou educação, esta última constitui uma manifestação da estrutura do poder. Nessa sociedade, o sistema escolar faz parte dos instrumentos ideológicos que têm como função impor as concepções e os padrões de vida socialmente necessários para preservar a posição das classes dominantes.

É neste universo educacional que a tão propagada democratização da escola pública nos dias atuais causa-nos desconfiança pelo seu propósito, uma vez que se trata de uma conquista da classe trabalhadora, é também um desafio frente aos condicionantes de sua implementação. Os esforços dos trabalhadores em educação são notáveis e imprescindíveis na defesa dos interesses da maioria desfavorecida, que na contramão da proposta de educação burguesa, busca a superação da dominação social impetrada por esta, utilizando-se em grande parte dos conhecimentos difundidos no interior deste sistema escolar.

A estrutura de classes da sociedade capitalista é regida por interesses antagônicos, alimentando frequentes embates a fim de responder às demandas dos grupos sociais que a constituem. Assim, as manifestações e lutas dos sujeitos envolvidos no seio da sociedade capitalista são imperativos necessários ao fortalecimento da educação emancipatória galgada pela classe trabalhadora e recursos indispensáveis no cotidiano do fazer educação pública com qualidade social. Lima & Jimenez (2011:85), a partir dos estudos em Lukács complementam

esclarecendo sobre o caráter ontológico da educação e sua modificação dado a complexificação do trabalho.

Nos seus primórdios, a educação comparece na totalidade social como um complexo universal e efetiva-se espontaneamente. Surge para atender a necessidade universal de continuidade da substância do gênero humano no processo de reprodução social. Sua função remete, portanto, à transmissão e à apropriação das características que compõem a generidade em cada momento concreto, concorrendo para a constituição do indivíduo como partícipe do gênero. A complexificação do trabalho, entretanto, ao produzir a divisão do trabalho e, especialmente, a divisão de classes, atua sobre o complexo da educação e modifica sua constituição inicial.

Fazer e defender a educação, em seu sentido amplo, é produzir a riqueza imaterial da humanidade. É desenvolver potencial subjetivo, conjunto de saberes e sentidos estéticos que edificam os seres em sociedade. É práxis social afirmadora dos sujeitos numa concepção emancipatória de educação. Destarte, a educação pública é campo conflitivo insistentemente vislumbrado e praticado por alguns sujeitos a partir do fortalecimento dos aspectos emancipatórios da sociedade, enquanto projetada, permitida e difundida pelo sistema capitalista de forma condicionada ao controle e destituição dos sujeitos, fortalecendo os aspectos da dominação³.

De acordo com a proposta burguesa de educação pública – currículo, estrutura física, pedagógica e tecnológica, condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação, salários, fomentação da pesquisa e do ensino convergem para a mais notada situação de caos, de forma que a única análise positiva para o momento atual seja distanciar-se no tempo a fim de comparar como se deu a educação de décadas atrás, sem considerar os fatores determinantes em cada época⁴.

³ “O Projeto denominado ‘Desenvolvimento e Educação na América Latina e Caribe’ (UNESCO/CEPAL/PNUD), coordenado por Germán Rama, [...] assinalavam a importância do papel exercido pelas demandas populares na conquista de maiores oportunidades de acesso à escola para os mais pobres, fator que explicava a intensa conflitividade educacional, produto da contradição entre os esforços oligárquicos para manter os privilégios do sistema escolar e as lutas populares para democratizá-lo” (GENTILI, 2008:33-34).

⁴ Gentili, 2008.

Em cada momento histórico, os trabalhadores buscaram suas organizações e estratégias de luta, a fim de equalizar as injustiças pela instituição dos direitos sociais enquanto regulamentação necessária na sociedade de classes. O momento político de cada época foi o determinante da maior ou menor intensidade da luta, mas este sempre constituiu imperativo indispensável à defesa da humanidade. Conforme Lima & Jimenez (2011:77-78), numa compreensão lukacseana do direito:

Com a divisão da sociedade em classes e, no seu bojo, a emergência dos antagonismos entre elas, impõe-se a necessidade de uma forma diferenciada de regulamentação, não produzida espontaneamente, nem pautada apenas nos costumes e tradição. O complexo do direito emerge como resposta a essa necessidade.

Atualmente, como investida da crise estrutural do capital, as conquistas históricas dos trabalhadores sofrem ameaças diretas, interferindo assim nos objetivos da luta, que antes era guiada pela ação crescente da ampliação de direitos, e hoje, divide maior parte do tempo e esforços, para à manutenção do conquistado. Vivemos momento tenso, de grandes necessidades de organização para a defesa coletiva.

Assistimos, diariamente, a barbárie praticada pelo sistema capitalista contra os trabalhadores de todo o Brasil a fim de abafar as mazelas sociais, enquanto estes vêm tentando, por meio de um movimento árduo e intenso, fortalecer suas organizações para evitar a retirada do que fora historicamente edificado. É neste cenário que surge a greve enquanto último mecanismo de diálogo. É por este instrumento de resistência que se tem escrito, ainda que a ferro quente, as possibilidades de se construir a educação de caráter emancipatório para os trabalhadores na atual sociedade de classes. É por dignidade e igualdade de direitos, a necessária luta por democratização e quebra de monopólio do saber. Por tudo isso, devemos lutar por educação. Nas palavras de Gentili (2008:17),

A educação constitui nossa oportunidade de aprender juntos a interpretar o mundo, compreendê-lo e interrogá-lo; nossa possibilidade de compartilhar uma experiência de aprendizagens, onde convivam e se enriqueçam múltiplos olhares, múltiplos sentidos e intermináveis respostas sempre inconclusas; nossa oportunidade de lutar pela socialização do acesso ao saber historicamente acumulado e socialmente produzido, evitando assim seu monopólio privado e a alienação de seus benefícios; nossa possibilidade de questionamento e de afirmação, de dúvida persistente, de certeza instável; nossa necessidade de interpretar os grandes assuntos que preocupam a

humanidade e também aqueles tão ínfimos que quase ninguém se importa com eles. É isso que a transforma em um direito humano fundamental, em um bem público que consolida todo o processo democrático e o dota de sentido. Essa é sua função fundamental e nela reside seu extraordinário e silencioso poder, sua potência essencialmente revolucionária.

2. A Educação Pública como campo do trabalho docente

O campo do trabalho docente se realiza no seio da educação formal ofertada pela Escola. Além de sua função difusora do saber sistematizado historicamente produzido pela humanidade, a instituição escolar corresponde ainda, ao espaço de controle subjetivo dos seres sociais, donde se executa a proposta de sociedade burguesa, cujos valores e saberes não se comprometem com os sentidos e ideologias da classe trabalhadora, mas com a perspectiva de desenvolvimento social guiado pela lógica do capital.

Desta forma, a cada momento histórico, o papel da escola assume novas tarefas e complexidades dado as transformações por que passam a sociedade a partir de sua estrutura produtiva, política e cultural⁵. Sem pretensão de abordar cada uma destas, pois não faz parte da natureza do presente estudo, pinçaremos a relação íntima e cadenciada da relação estado, sociedade e escola na proposta de educação burguesa em meados do século XX, início do processo desenvolvimentista da sociedade. De acordo com Charlot (2013:39):

Antes da Segunda Guerra Mundial, o Estado, na sua relação com a educação, permanece um Estado Educador: pensa a educação em termos de construção da nação, paz social, inculcação de valores. A partir dos anos 1950 e, sobretudo, 1960, ele se torna Estado Desenvolvimentista: claramente (França, Japão, Coreia do Sul, Brasil etc.) ou de forma disfarçada (Estados Unidos), ele pilota o crescimento econômico e coloca a educação a serviço do desenvolvimento. Essa política encontra um amplo consenso social, por gerar novos empregos qualificados, que uma escolaridade mais longa permite ocupar e, portanto, por satisfazer as classes médias e despertar esperanças nas classes populares.

⁵ “Com a manufatura e a industrialização, as exigências postas para a formação dos indivíduos alargam-se ainda mais e produzem consequências significativas no complexo da educação. A principal delas se traduz no terceiro movimento, que consiste na transformação da educação de um complexo universal, espontaneamente reproduzido, em sentido amplo, para a educação em sentido estrito, a qual surge por força da divisão de classes e é influenciada pelos interesses de classe” (LIMA & JIMENEZ, 2011:88).

Sob a lógica do desenvolvimento econômico e social, acontece a massificação da escola como oportunidade de ascensão social dos trabalhadores e intensificam-se velhos problemas do interior da escola: financeiros, materiais, pedagógicos, entre outros. O trabalho docente é, pois, permeado por intensas investidas ideológicas cuja natureza não é determinada pelos que produzem toda a riqueza social, mas pelos que organizam a sociedade e retroalimentam o *status quo*, a partir da reprodução social pelo projeto de educação da escola burguesa.

A educação como capital humano, proposta difundida pela sociedade capitalista, cuja premissa está na compreensão de que “qualificado pelo saber” o ser humano será beneficiado em sua vida profissional, se impõe como chave para a superação dos problemas de desigualdades sociais, uma vez que acontece o processo de democratização da escola e assim, a “igualdade de oportunidades” no interior dela, sem fazer quaisquer discussões permeáveis ao campo estrutural da sociedade⁶. Sobre este intencional atrelamento propagado pelo sistema capitalista, cuja afirmativa de democratização da escola estaria consequentemente vinculada à permeabilidade da estrutura social através da empregabilidade, Gentili (2008: 32-33) afirma se tratar de mera especulação sistêmica.

Apesar da promessa de que o acesso à escola garantiria a conquista de melhores condições de vida, milhões de latino-americanos e latino-americanas viram suas oportunidades educativas se ampliarem, enquanto suas condições de vida se deterioravam dramaticamente. A expansão da escolaridade se deu num contexto de crescimento de injustiça social e, de fato, seu impacto não foi suficiente para diminuir os efeitos da crise social provocada por um modelo de desenvolvimento excludente e desigual.

A compreensão de que a expansão e democratização do ensino na segunda metade do século XX resolveriam em grande parte o problema da exclusão social foi amplamente difundida pelo sistema, através da mídia e dos seus organismos estruturais, ficando rapidamente massificada essa compreensão na sociedade, enquanto a realidade consistia na afirmativa descrita por Gentili (2008:35).

⁶ “[...] somos hipnotizados pelos discursos bobos dos bobos que vendem interpretações bobas para os ricos: a educação como capital humano, promessa para a competitividade e a empregabilidade em um mercado no qual a sobrevivência está reservada para aqueles que dispõem de uma providencial capacidade para aprender os atalhos que lhe permitem apropriar-se da riqueza disponível e socialmente produzida” (GENTILI, 2008:13).

Assim, enquanto os pobres eram excluídos do acesso à escola, seu direito à educação era negado por uma barreira difícil de transpor e herdada de geração a geração. E quando finalmente conquistaram esse acesso, eles foram confinados a instituições educacionais iguais a eles: pobres ou muito pobres, enquanto os mais ricos mantinham seus privilégios, monopolizando não mais o acesso à escola, mas às boas escolas. A barreira da exclusão transferiu-se para o interior dos próprios sistemas educacionais, no âmbito de uma grande expansão quantitativa e de uma não menos intensa segmentação institucional.

Diante deste cenário do sistema educacional, cujos desafios de desenvolvimento com qualidade social ainda ficou mais árduo, pois segundo o mesmo autor, a investida foi de transformar o que já estava ruim numa situação pior ainda, uma vez que se abriram os largos portões das escolas, sem preocuparem-se com qualquer subsídio nos aspectos pedagógicos, estruturais, funcionais, financeiros, físicos e de carreira dos profissionais da educação, que se encontram no interior da escola, cenário em que se desenvolvem a educação escolar. Por este modelo, aumentou-se a clientela, sem quaisquer preocupações de provimento dos aspectos internos imprescindíveis ao desenvolvimento pleno da educação escolar. Ao que se nota, e como assegura o autor, foi intencionalmente uma perspectiva de falência da educação escolar pública.

Com tamanhos desafios a se enfrentar, o saber como desenvolvimento potencial subjetivo, como atividade intelectual e como prazer fica cada vez mais sucumbido à ideia desenvolvimentista proposta pela burguesia, o que interfere diretamente na natureza do trabalho docente. Alicerçadas as bases em que se desenvolve o trabalho docente, passemos aos desafios que emergem no cotidiano escolar.

3. A crise estrutural do capital e o desafio da sociabilidade humana

Iniciamos este bloco de conversa por considerar que a dominação e exploração do capital sobre o trabalhador tem origem no próprio processo de trabalho que este desempenha, fundado na produção material da vida, cujo potencial extrapola o necessário para a sobrevivência e funda-se assim o processo de acumulação de riqueza. É claro que essa acumulação não pertence ao trabalhador que produz a riqueza, uma vez que ele tem apenas a força de trabalho, mas ao capitalista – dono dos meios de produção, do lucro excedente produzido pelo trabalhador e da força de

trabalho arrendada. A partir da compreensão Lukácsiana, as afirmativas de Lima & Jimenez (2011:74).

Devido à sua capacidade de produzir mais do que é necessário para a reprodução do seu produtor, o trabalho inaugura um processo de complexificação, alargando o horizonte da reprodução humana, criando novas necessidades e ampliando as formas para satisfazê-las. Como consequência dessa complexificação, chama à vida novos e diferenciados complexos sociais, com os quais estabelece relações e forma uma totalidade social, um complexo de complexos, em cujo cerne pode se efetivar.

Essa complexificação com origem no trabalho se desenvolve em todas as esferas sociais, tomando a educação como suporte fundamental na reprodução social desta armadura. A sociabilidade humana é demarcada pela exploração do homem pelo homem, sem qualquer sinal da difusão dos aspectos de fraternidade e igualdade de outrora. A desigualdade social é elemento que compõe a matriz geradora do capitalismo uma vez que o processo produtivo tem amálgamas controlados por uma minoria social, donos dos mecanismos de controle desse sistema – os capitalistas.

Portanto, os princípios da sociabilidade humana fundados na igualdade, justiça social, solidariedade e humanismo, tão sonhados pelo modelo de sociedade comunista são extremamente negados no modelo de sociedade capitalista de produção, enquanto outros são alimentados. São exemplos de princípios sociais para a perpetuação do sistema capitalista, segundo Tonet (2003): o *individualismo* – como escudo para evitar a organização dos trabalhadores; a *alienação* – cuja compreensão da estrutura produtiva não convém, mas tão somente o que se arrecada com esforços particulares; o *consumismo* – para manutenção de domínio econômico e circulação de valores e mercadorias; a *inexistência do tempo livre* – como condicionante para o estafante e a irrefletida ação de continuidade à alimentação produtiva do sistema; a *manutenção da insuperada luta de classes* – cujos interesses dos trabalhadores jamais comporão pauta de atendimento nesta sociedade; a *mercadoria* – como elemento central da sociedade do fetiche; a *coisificação das relações sociais* – a fim de estabelecer o não intercâmbio social espontâneo entre as pessoas, senão justificados nas exigências burocráticas do próprio sistema e, ainda para evitar as possibilidades de organização para o desenvolvimento do trabalho associado (cujos produtores controlam de forma

consciente e livre, seus próprios processos de produção e distribuição da riqueza, levando em conta suas capacidades humanas – e despojando de uma vez “o capitalista e seu conjunto de amarras”, numa proposta de rompimento com o sistema de dominação), entre outras.

De acordo com Tonet (2003:203), Marx já havia advertido sobre as leis do capitalismo, chamando-as de *férreas*, uma vez que todas “são oriundas de atos humanos e, portanto, são de caráter histórico-social e não natural”, o que solidifica fortemente sua dominação sobre a humanidade.

Procurando fôlego, dado o engenhoso sistema de autorreprodução do capital, continuemos por considerar o estágio ainda mais avassalador em que este se apresenta hoje, em sua fase imperialista e de controle global pela superpotência mundial EUA, que segundo Mészáros, representando “menos de 5% da população mundial (os norte-americanos) consomem 25% do total dos recursos energéticos disponíveis?”. E continua a interrogar o filósofo húngaro: “E se os 95% restantes viessem a adotar o mesmo padrão de consumo? A tragédia chinesa atual, com sua destruição ambiental, é emblemática” (2011:12-13).

Ainda argumenta Mészáros (2003, *apud* Soares, 2007:109-110), sobre a atual “crise do capital, não mais configurada como conjuntural ou cíclica, mas estrutural, na qual o sistema teria esgotado seu caráter civilizatório e a sociedade caminharia para a barbárie”. A partir do pensamento de Rosa Luxemburgo o filósofo húngaro, segundo Soares, apresenta duas alternativas: o da barbárie ou o do socialismo.

E completa: “[...] barbárie se tivermos sorte [...]”, pois para o filósofo, “o tempo está se esgotando” e só uma perspectiva radical removerá as contradições entre capital e trabalho revertendo o curso da história e evitando o extermínio da própria humanidade. A livre associação de produtores é então, a alternativa que se opõe aos defensores da propalada terceira via, pois “não existem rotas conciliatórias de fuga” e a busca de paliativos levará justamente ao caos anunciado (SOARES, 2007:110).

E complementa Mészáros (2011:12), sobre as consequências destrutivas da crise estrutural do capital que põe em risco o presente e o futuro da humanidade, localizando-as quanto à sua atuação:

Com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante direcionada para a autorreprodução do capital, intensificam-se as consequências destrutivas, das quais duas anteriormente referidas colocam em risco o presente e o futuro da humanidade: a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza.

Tomaremos como análise seguinte à primeira consequência destrutiva posta por Mézáros, a precarização estrutural do trabalho, com foco na educação. Ora, até aqui, todas as análises tomadas pelos mais diversos autores neste estudo se complementam. Todas as categorias elencadas por Tonet há alguns parágrafos atrás, subjazem preocupações gigantescas, dado a clareza em que estas se fortalecem em nossos espaços cotidianos de efetivação humana.

Poderíamos dizer que, como subsídio de libertação desta dominação imposta pelo capital, vários projetos alternativos da sociabilidade humana buscam suas veias de sobrevivência, a partir da organização comunitária, dos partidos políticos, da associação de artistas, dos sindicatos, dos movimentos sociais estudantis e das representações das minorias como LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), negros, mulheres, indígenas, quilombolas, entre outros, fundamentados numa proposta de emancipação e liberdade dos sujeitos sociais. São propostas alternativas na contramão do desenvolvimento econômico, pois buscam o pleno desenvolvimento humano.

4. A crise estrutural do capital na educação e a luta necessária em sua defesa

Partindo de uma análise sistêmica da situação educacional na atualidade, é propagado pelos meios de comunicação que vivenciamos momento favorável para a educação cujo desenvolvimento científico e tecnológico está à disposição da sociedade como em nenhum outro momento histórico e a capacidade do aprender é esforço do aluno, com devida responsabilização da ação docente quanto ao sucesso ou fracasso social daquele. A afirmativa corresponde a um necessário distanciamento à análise real do sistema para não nos atermos as problemáticas da educação, cuja origem está em sua gênese constitutiva, mas intensificada pela crise.

Para Tonet, o desenvolvimento científico e tecnológico não está em sua forma avançada à disposição da sociedade e da educação como propaga o sistema, mas com toda sua evolução a serviço do processo produtivo engendrado pelos capitalistas, donos da produção. O autor atribui o desenvolvimento da ciência e da tecnologia a constante disputa trazida pela lógica do capital em sua composição orgânica, que acontece entre os capitalistas, para superar-se entre si, e entre estes e a classe trabalhadora, a fim de manterem os últimos, sempre, sob o seu domínio. Nas palavras do autor (2003:204):

A introdução crescente de novas e avançadas tecnologias levou aquelas determinações normais do processo capitalista a um nível sem precedentes. Em consequência, todo o processo produtivo sofreu e continua a sofrer uma enorme e profunda reestruturação. Como resultados, temos o aumento do desemprego, porém agora de uma forma avassaladora e irreversível; a precarização do trabalho; a corrosão dos direitos trabalhistas e sociais; a ampliação do trabalho informal; o processo de mercantilização das empresas e serviços públicos; uma produção cada vez mais destrutiva, ou seja, obrigada a tornar os bens cada vez mais rapidamente obsoletos; uma competição cada vez mais violenta entre as empresas e entre os Estados nacionais; a submissão mais direta dos Estados aos interesses do capital e inúmeros outros fenômenos. Tudo isto, juntamente com o enorme agravamento dos problemas sociais de toda ordem: miséria, pobreza, fome, violências, degradação dos serviços de saúde, habitação, saneamento, educação, etc. Vale, aqui, acentuar, porém: tudo isso acontece em um momento da história da humanidade em que existiriam condições tecnológicas para produzir bens suficientes de modo a satisfazer as necessidades básicas (materiais e espirituais) de toda a humanidade.

A afirmativa de Tonet nos permite pisar com segurança o chão do estado atual em que vivemos e conferir os desafios da educação pública, donde cabe a defesa de quem a faz. A precarização do trabalho docente, a corrosão dos direitos trabalhistas e sociais, a mercantilização dos serviços públicos, a submissão direta da Escola aos interesses do capital, o sucateamento da Educação Pública, entre outros, compõem a situação de caos da formação social e humana a que a maioria da sociedade dispõe.

Ademais, o autor ainda complementa sobre as consequências da crise que “afetam, também e poderosamente, o mundo das ideias, dos valores e das relações sociais” acarretando no indivíduo humano um sentimento de impotência, de nulidade e de desorientação. E descreve o autor sobre as exigências da crise estrutural do

trabalho na educação: 1. “constatando que as teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade”; 2. buscando alternativas para responder as situações reais postas; 3. atribuindo a educação cada vez mais forte um caráter mercantil, intensificando o processo de privatização. (TONET, 2003:205)

Já para Gentili (2008), desde a expansão educacional da educação pública a partir da segunda metade do século XX, problemas como qualidade da educação pública, baixo investimento educativo, privatização, déficit e precarização do trabalho docente têm se intensificado profundamente, necessitando do fortalecimento das lutas democráticas no cenário educacional.

Para Paulo Freire (1997) além do ensino precário, o ataque à carreira do docente e aos direitos dos trabalhadores em educação, juntamente à terceirização do setor educativo têm sido responsáveis por grande parte dos problemas estruturais no cenário educacional. Diz ainda o educador, que a terceirização no setor da educação tende a enfraquecer a capacidade de luta da categoria uma vez que aqueles professores não têm raízes na educação e por isso, não veem motivos para lutar.

Assim, perfilamos a necessidade da luta no cotidiano da educação pública de forma a construir perspectivas da superação desta sociedade, antevendo inicialmente um melhor funcionamento da panaceia educacional. Na compreensão de Lukács, Lima & Jimenez (2011:93) refletem o papel da educação, neste cenário de defesa humana.

Pelo fato de a educação manter uma dependência ontológica em relação à economia, sua efetivação, seja em sentido lato ou estrito, não pode pairar sobre a totalidade social e ser erigida em mecanismo de ajuste e correção das mazelas sociais. Por outro lado, gozando de autonomia relativa, não é deterministicamente ordenada pela sociedade. Assim, o campo específico da sua realização pode ser o espaço para a objetivação de posições teleológicas concretas vinculadas à emancipação humana ou destinadas a manter as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem.

Para Lukács, o potencial de transformação social pela educação se encontra em sua natureza cuja “essência consiste em influenciar os homens a fim de que,

frente às novas alternativas da vida, reajam no modo socialmente desejado” (LUCÁKS, 1981 *apud* LIMA & JIMENEZ, 2011: 87). Já para Ivo Tonet (2003:214):

[...] é necessário compreender bem a lógica que preside a sociedade capitalista e a natureza atual da crise; ter clareza acerca da natureza e das funções sociais da educação, de modo a nem subestimá-la nem superestimá-la; ter um domínio tal da área com a qual se trabalha que permita oferecer o melhor conhecimento possível aos educandos e, finalmente, articular as lutas específicas da categoria dos educadores com as lutas mais gerais.

Percebemos, neste cenário da crise estrutural do capital, que as investidas de dominação no campo estético e subjetivo da humanidade estão a todo vapor, e que cresce nossa responsabilidade na defesa da educação, do direito e da humanidade. De acordo com os estudos desenvolvidos até aqui, Tonet adverte a impossibilidade de desenvolvimento de educação emancipatória dentro de uma sociabilidade do capital, o que necessitaria a superação desta. Em suas palavras (2003:208),

Está, pois, instaurada, no coração mesmo do ato que funda a sociabilidade do capital, a desigualdade social. A dimensão jurídico-política poderá, certamente, contribuir para impor-lhe limites, mas não para erradicá-las. Nenhum aperfeiçoamento, melhoria, ampliação, correção ou conquista de direitos que compõe a cidadania poderá eliminar a raiz que produz a desigualdade social. Pelo contrário, o exercício daqueles direitos permite, ao aparar as arestas e ao tornar menos brutal a escravidão assalariada, que este sistema social, fundado na desigualdade, funcione melhor, pois conta com o beneplácito dos próprios explorados e dominados.

Assegura-nos, pois, a possibilidade e necessária realização de “atividades educativas emancipatórias” que poderão contribuir com o processo de rompimento da sociedade atual e implementação da sociedade comunista. Desperta para a necessidade de reorientar toda a luta social numa direção anti-capitalista, como reforço coletivo do desafio de remar contra a maré no seio da sociedade do capital.

Consideramos, por fim, que nenhuma luta a ser engendrada contra este sistema opressor será fácil, mas as premissas de sua articulação estarão presentes desde a opção de não se render, de fitar firme no olho do opressor, de das às mãos aos seus pares e organizados documentar, dizer, argumentar, paralisar e lutar como único diálogo possível a fim de resistir para melhorar o cenário da educação pública.

Referências Bibliográficas

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas/Bernard Charlot – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997.

GENTILI, Pablo. Desencanto e utopia: a educação no labirinto dos novos tempos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LERENA, Carlos. Trabalho e formação em Marx *in* Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana/ org. Tomaz Tadeu da Silva. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, pp.119-133.

LIMA, Marteana Ferreira de, JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da Educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.27, n.02, p.73-94, ago. 2011.

MÉSZÁROS, István, 1930. A crise estrutural do capital/István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo...et al.]. 2ª ed., ver. e ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

SOARES, Rômulo José. O (neo)pragmatismo como eixo (des)estruturante da Educação contemporânea. Tese de doutorado. UFC – 2007.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada *in* Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital./Ana Maria Dorta de Menezes e Fábio Fonseca Figueiredo (Orgs). – Fortaleza: Editora UFC, 2003.